

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 909.823 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
AGDO.(A/S)	: MARIA HELENA MATIAS DE ANDRADE
ADV.(A/S)	: ELAINE FERREIRA ROBERTO E OUTRO(A/S)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INADMISSÃO DO APELO EXTREMO PELA ORIGEM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. CPC, ART. 544, § 4º, I.

1. A decisão do Juízo *a quo* que inadmite o recurso extraordinário pode ser atacada por agravo (art. 544 do CPC).

2. Nos termos da Súmula 727/STF, esse agravo deve ser apreciado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal. Essa diretriz é excepcionada na hipótese em que se obsta a admissão do extraordinário com base em precedente desta Corte formado sob a sistemática da repercussão geral, pois a decisão com essa configuração é passível de impugnação apenas ao próprio órgão que a prolatou.

3. Para ser conhecido, o agravo deve impugnar especificamente, de forma individualizada, todos os fundamentos por si sós suficientes para manter a inadmissão decretada pela origem.

4. Aplicada pelo Relator a solução de não conhecimento prevista no art. 544, § 4º, I, do CPC, o agravo interno correspondente deve indicar com precisão em que parte o agravo outrora interposto promoveu a impugnação específica da decisão da origem.

5. Sendo inexitoso em demonstrar o desacerto da decisão que reconheceu a ausência de impugnação específica pelo agravo do art. 544 do CPC, o agravo interno deve ser desprovido.

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

ARE 909823 AGR / SP

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro CELSO DE MELLO, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI
Relator

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 909.823 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
AGDO.(A/S)	: MARIA HELENA MATIAS DE ANDRADE
ADV.(A/S)	: ELAINE FERREIRA ROBERTO E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):

Trata-se de agravo regimental contra decisão que não conheceu do agravo em recurso extraordinário por ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada, conforme dispõe o artigo 544, § 4º, I, do CPC.

A parte agravante sustenta, em suma, que houve impugnação aos argumentos decisórios. No mais, repisa as razões de mérito do recurso extraordinário.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 909.823 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):

1. A decisão agravada é do seguinte teor:

1. Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário aos argumentos de que (a) a matéria em debate não foi prequestionada, incidindo a vedação das Súmulas 282 e 356 do STF; e (b) o deslinde da controvérsia demanda o exame de legislação local, o que é vedado nos termos da Súmula 280/STF.

No agravo, a parte agravante aduz, em síntese, que (a) prequestionou a matéria constitucional; e (b) houve ofensa direta à Constituição Federal. No mais, repisa as alegações de mérito do apelo extremo.

2. Como se vê, as razões do agravo não impugnaram especificamente todos os fundamentos suficientes para manter a decisão agravada, o que acarreta o não conhecimento do presente recurso, consoante o que dispõe o art. 544, § 4º, I, do CPC.

3. Diante do exposto, não conheço do agravo.

O recurso não traz qualquer subsídio apto a alterar esses fundamentos, razão pela qual deve ser mantido incólume o entendimento da decisão agravada.

2. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental. É o voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 909.823

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI

AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

AGDO.(A/S) : MARIA HELENA MATIAS DE ANDRADE

ADV.(A/S) : ELAINE FERREIRA ROBERTO E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária